

## **Ata da 76<sup>a</sup> Reunião do GTOP - Grupo de Trabalho da Operação**

Local : Escritório da Itaipu Binacional – Foz do Iguaçu-PR

Data : 16 a 18 de novembro de 2010

Presentes:

1. Luiz Hamilton Moreira (Coordenador)	COPEL
2. Hugo Mikami	COPEL
3. Rafael de Souza Favoreto	ITAIPU
4. Celso Eduardo Fukasawa	ITAIPU
5. Renata de B. Ribeiro Tufaile	ITAIPU
6. Janizaro Pereira S. Junior	FURNAS
7. Antônio de Melo Cavalcanti	CHESF
8. Jose Humberto Costa	CEMIG
9. Aloísio Chaves de Carvalho	CEMIG
10. Orlando M. Machado Filho	CESP
11. João Paulo Fernandes Estrócio	CESP
12. Argemiro Fernandes	DUKE
13. Walter Fernandes Santos	ELETRONORTE
14. Maria Tereza C. Quintão	ELETRONORTE
15. Valdeci Goulart	AES TIETE
16. Paulo Sergio Quintanilha Filho	EDP

Desenvolvimento da reunião:

### **1) Análise dos resultados preliminares das Curvas Bianaais de Aversão ao Risco 2011/2012**

Não existe uniformidade nos critérios adotados para definição das afluições para cada um dos subsistemas. Alternativamente, poderia ser adotado um único biênio crítico resultante da pior ENA histórica verificada no SIN.

O grupo recomenda que, a exemplo do que ocorre nos Procedimentos Operativos de Curto Prazo e nos Indicadores de Segurança Energética, a aplicação da CAR fique restrita no período de abril a novembro.

A ABRAGE reafirma o seu posicionamento que a CAR não deve ser utilizada internamente nos modelos de otimização para a formação do PLD.

Na ocorrência do despacho das térmicas fora da ordem de mérito devido a atuação da CAR, a Associação entende que as térmicas devem ser remuneradas apenas por seus custos variáveis. O custo associado ao despacho das térmicas fora da ordem de mérito decorrente da CAR não pode ser repassado aos agentes integrantes do MRE, pois entendemos que qualquer incremento de custos advindo da introdução de medidas adicionais de segurança operativa energética, deve ter o mesmo tratamento

dispensado às questões de segurança operativa elétrica, devendo, portanto, ser pago pelo Encargo de Serviço do Sistema.

A ABRAGE corrobora com o posicionamento da ANEEL na Nota Técnica 068/2010-SRG/ANEEL, de 5/11/2010, de que a CON não deve ser utilizada como mecanismo de aversão a risco.

A reprodutibilidade das CARs deveria ser garantida com a elaboração de notas técnicas mais detalhadas, indicando todas as memórias de cálculo e dados necessários para a construção das mesmas, uma vez que as informações das Notas Técnicas disponíveis para os agentes não são suficientes.

## **2) Apresentação de um estudo visando avaliar os aspectos operativos e os impactos elétricos/energéticos decorrentes da integração das novas usinas da região Norte ao SIN. Essa apresentação foi feita pelo João Paulo Estrócio da CESP e Valdeci Goulart da AES-TIETÊ**

A apresentação enfocou aspectos técnicos e construtivos do complexo das usinas do Madeira e da UHE Belo Monte, além dos resultados das simulações com os modelos de otimização Newave e Decomp, visando identificar a existência de vertimentos turbináveis decorrentes da integração destas usinas ao SIN. Foi adotado como caso base o PMO de novembro de 2010, simulando o PMO de novembro de 2014 e, para este caso particular, não foram identificados vertimentos turbináveis.

O grupo sugeriu a continuação dos estudos de maneira mais ampla levando-se em conta outras questões, tais como:

- Simulações considerando outros cenários hidrológicos
- Inclusão da interligação Tucuruí-Manaus-Macapa
- Restrições elétricas associadas a interligação das usinas do complexo do Madeira a região Sudeste
- Possibilidade da modulação horária de geração das usinas da região Norte frente a restrições de geração mínima na região Sudeste
- Novas representações-configurações da topologia da rede
- Utilização de outras ferramentas computacionais que melhor representem a operação real

**3) Elaboração de proposta (sinal econômico), conforme solicitado pela ANEEL na reunião ABRAGE/ANEEL do dia 14/10/2010(Brasília), para instalação de máquinas novas, em Usinas existentes, com essa condição**

Proposta:

- a) Levantamento da potência e dos custos associados com os mecanismos atualmente utilizados para atendimento da demanda nos horários de ponta do sistema (despacho de térmicas fora da ordem de mérito, readequação das manutenções de unidades geradoras para fins de semana e feriados, postergação das manutenções, etc);
- b) Determinação dos investimentos e os demais custos associados referente a instalação de novas máquinas em usinas existentes comparando com os custos do item anterior;
- c) Estudos estabelecendo prioridades em função dos benefícios eletroenergéticos e econômicos de cada opção de acréscimo de potência, cujo custo do item b for inferior ao custo do item a;
- d) Indicação das unidades geradoras a serem implantadas.

Como forma de viabilizar a implementação destas novas máquinas, o Grupo sugere o ressarcimento por Encargo de Serviço de Sistema – ESS e/ou desoneração fiscal.

Possíveis casos onde houver acréscimo de garantia física, o mesmo será de propriedade do agente.

**4) Apresentação sobre o trabalho publicado no Congresso Mundial de Energia no Canadá, sobre o tema contratos de selo verde de Energia Elétrica. Essa apresentação será feita pelo representante da CESP João Paulo Estrócio;**

A apresentação mostrou uma nova forma de contratação de energia baseada em energia renovável rotulada como “selo verde”. Os arquivos encontram-se nos anexos.

**5) Continuação da discussão sobre as questões que prejudicam a previsibilidade operativa, tais como: mudanças intempestivas de premissas em mecanismos que visam aumentar a segurança energética do SIN (CAR e POCP), restrições operativas e sua representação nos modelos de otimização, critérios de segurança elétrica, etc**

Neste ano ocorreu uma mudança na metodologia, mais uma vez sem participação dos agentes setoriais, nos Procedimentos Operativos de Curto Prazo – POCP. Na seqüência houve uma proposta de alteração nas premissas que determinam a CAR das regiões Nordeste e Sudeste/Centro Oeste. O grupo salientou que mudanças desta natureza inviabilizam ainda mais estudos de previsibilidade, essenciais para as áreas de planejamento das empresas.

A atuação do ONS tem sido pautada, entre outras coisas, no quesito de transparência, o que justificaria a figura de um operador nacional centralizado. Entretanto, freqüentemente os agentes têm reclamado da dificuldade de obter informações de natureza operativa, tanto no planejamento quanto no tempo real. Outra constante reclamação de diversos agentes refere-se à falta de detalhamento das ocorrências em tempo real que incorrem em providências operativas por parte dos agentes geradores e que, sistematicamente, são justificadas pelo ONS como “necessidade sistêmica”.

Nesta reunião, na análise das Notas Técnicas do ONS sobre a proposta das CARs 2011-2012, conforme descrito no item 1, foi comentado sobre a dificuldade em reproduzir os cálculos que conduzem a determinação dos armazenamentos por subsistema.

Tendo em vista os problemas apontados, este tema deverá ser elencado na agenda da próxima reunião da Associação com o ONS.

**6) Análise das atuais condições energéticas do SIN e dificuldades no atendimento da demanda e seus reflexos na otimização energética**

A continuação do estudo será apresentada na próxima reunião pelo representante da CEEE.

**7) Elaboração de estudos de uma CAR sistêmica**

Os estudos já foram iniciados e estão em andamento.

**8) Assuntos gerais**

Nas próximas reuniões o grupo devera elaborar estudos visando avaliar os impactos (CAR, POCP, CMO, etc) resultantes de possíveis reduções de disponibilidades térmicas na região Nordeste, devido principalmente a problemas de atrasos na entrada em operação das UTEs e logística de suprimento de combustível.

A respeito da Resolução ANEEL 409 de 10/08/2010, foi comentada sobre a carta da ABRAGE para a ANEEL, bem como rediscutidos os Art. 8º e 9º da citada Resolução.

O grupo comentou novamente as dificuldades de relacionamento entre o ONS e os agentes geradores, nos seguintes aspectos:

- Excessivas e recorrentes solicitações de remanejamento do cronograma de manutenção. O grupo sugere, a partir de uma solicitação de remanejamento de manutenção pelo ONS, o mesmo seja o responsável pelo preenchimento do SGI nas situações em que as mudanças partirem do Operador, de modo que haja um tratamento equânime para todos os agentes.
- Os AGENTES DE GERACAO solicitam tratamento isonômico, com respeito a manutenção de máquinas, a exemplo dos agentes de transmissão, como retratado no Contrato de Prestação de Serviços da Transmissão – CPST, em sua cláusula 17.

#### **Cláusula 17ª**

*A **TRANSMISSORA** deverá submeter ao **ONS** os seus Planos de Manutenção, contemplando os serviços de manutenção que tenham influência sistêmica, cabendo ao **ONS** compatibilizá-los com os Planos de Manutenção das demais CONCESSIONÁRIAS DE TRANSMISSÃO, geração e distribuição, a fim de adequá-los às conveniências operativas e de segurança do sistema, também de acordo com os PROCEDIMENTOS DE REDE.*

*Parágrafo Único Caso o **ONS** não viabilize as intervenções para manutenção solicitadas pela **TRANSMISSORA**, o **ONS** terá que programar ou reprogramar a referida intervenção, dentro de prazos e condições definidos nos PROCEDIMENTOS DE REDE. Caso ocorram danos nos equipamentos, enquanto a mesma não for realizada por motivo sistêmico e em decorrência da reprogramação por parte do **ONS**, a **TRANSMISSORA** será ressarcida por este agente após solicitação e mediante comprovação, por meio de relatório técnico, que a não realização ou a reprogramação do desligamento para manutenção provocou dano no equipamento, além do que, a **TRANSMISSORA** não será descontada da PARCELA VARIÁVEL POR INDISPONIBILIDADE, referente à possível indisponibilidade causada pelo dano no equipamento.*

- Concomitantemente ao tratamento dispensado aos AGENTES DE TRANSMISSAO, eventual indisponibilidade causada pelo dano no equipamento decorrente de solicitações de reprogramação pelo ONS, seja desconsiderada para efeito do cálculo do Mecanismo de Redução de Energia Assegurada – MRA.
- **As reuniões do Programa Mensal de Operação perderam muito do caráter de um fórum que trata e discute as questões predominantemente operativas, passando a ser uma reunião expositiva cujo principal foco é a formação do CMO. Desta forma, sugerimos que no primeiro dia da reunião do PMO, onde se discute o cronograma de manutenção, outras questões operativas, tais como**

balanço de demanda, restrições elétricas, semanas operativas, etc sejam exaustivamente discutidas pelos agentes de geração e o ONS.

- Os agentes ressaltam a preocupação com a atuação unilateral do ONS e a diminuição de oportunidade de participação dos agentes junto às questões técnicas. Vale ressaltar que a partir da mudança do Estatuto do ONS, também a participação dos representantes das diretorias das empresas no Conselho de Administração, que tratava das questões de planejamento e operação do SIN, foi drasticamente reduzida. O grupo entende que a participação colegiada dos agentes nos assuntos operativos é imprescindível para aprimorar e legitimar todas as questões que envolvem o planejamento e operação do SIN.
- O Procedimento Operativo de Curto Prazo - POCP, para algumas das semanas operativas dos últimos meses, indicou despachos distintos daqueles efetivamente determinados pelo ONS, caracterizando uma não observância dos resultados ditados pelo POCP. Desta forma, o grupo sugere uma reavaliação da metodologia empregada neste procedimento, a fim de evitar tal disparidade, com a ampla participação dos agentes durante todo o processo.